

**RELATORIA**

**Mesa 05- Cidades, Sustentabilidade e Participação: Desafios do governo local e a Nova**

**Agenda Urbana**

Data: 29/02/2016, 14h às 15h30

**Relator(a)** (colocar nome completo e secretaria):

Letícia Miguel Teixeira SNAPU

### 1. INTRODUÇÃO

O objetivo é ampliar o debate nacional e internacional de forma a subsidiar a posição brasileira nas proposições relacionadas à Agenda Pós-2015 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 11 relacionado ao tema de “Cidades Sustentáveis”.

O objetivo central desta mesa é discutir o papel dos governos locais na implementação da Nova Agenda Urbana, que passa pela garantia de sistemas de representação política, financiamento e governança das cidades. De que forma pode ser estimulada a cooperação horizontal e vertical entre entes, proporcionando arranjos interfederativos que permitam a gestão compartilhada de infraestruturas e serviços de interesse comum e que fortaleçam a governança local por meio de mecanismos democráticos e participativos de tomada de decisão, com inclusão da população socialmente mais vulnerável e a garantia de direitos para todos.

### 2. BREVE PANORAMA/CONTEXTO DO TEMA

A importância dos governos locais para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável nas cidades passa pelo desafio de promover o aumento da capacidade institucional dos entes locais para a gestão territorial, arranjos institucionais locais e articulação federativa, além de estratégias e possibilidades de autofinanciamento. Abertura da mesa pela mediadora Paula Ravanelli - Assessora Especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República SAF/PR.

Primeira palestra Wolf – Michael Dio (experiência da Alemanha acerca de estratégias de apoio aos governos locais pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear - BMUB). Inicia a fala pelo entendimento de que as pessoas são o foco das políticas públicas, abordou a necessidade da integração dos territórios rurais e urbanos; e de se reconhecer e fortalecer o poder das formas de governança nas escalas locais, utilizando-se de estratégias de capacitação e cooperação entre vários setores do estado e sociedade civil. Acesso a financiamentos locais e externos, parcerias entre os setores privados e públicos para resiliência e inovações nas formas de gestão, pois não existe solução única para os desafios postos na realidade local. A participação da sociedade civil nos processos de Agenda21

**Organização:**

ConCidades  
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de  
Habitação

Ministério das  
Cidades

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

**Apoio:**

Cities Alliance  
Cities Without Slums

PREFEITURA DE  
SÃO PAULO

Habitat  
para a Humanidade

CBIC

cooperação  
alemã

giz

## Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

### Mesa 05: Cidades, Sustentabilidade e Participação: Desafios do governo local e a Nova Agenda

locais e na gestão Integrada de Recursos. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e do financiamento nacional de programas (por exemplo, promoção do planejamento urbano ou cidades sociais). Na Alemanha há muitos programas de custeio local, como o Programa Cidades Sociais, que promove a apropriação das cidades por pessoas marginalizadas pela sociedade. Cooperação intersetorial (por exemplo, Desenvolvimento de Capacidades e Centros de Serviço para as autarquias locais, a habitação municipal de empresas).

Autoridades locais se unindo para trabalhar na gestão de recursos integrados, políticas de rever desperdício desde os cidadãos às organizações. A importância das redes, integrando cidades de pequeno e médio porte para se efetivar os pactos das diversas agendas urbanas, de clima, mobilidade, posicionamento quanto ao problema dos refugiados, dentre outras. Como a cooperação entre o Brasil e a Alemanha tem esse enfoque de sustentabilidade ambiental e estratégias de gestão e financiamento para os governos locais por meio do programa de cooperação da GIZ.

Paula comenta que a Alemanha tem um debate forte com descentralização, mas que nós também temos feito um bom trabalho com empoderamento dos governos locais e sociedade civil, defendendo a participação deste no Habitat III.

Luis Paulo Bresciani (Secretário Executivo do Consórcio Grande ABC) apresentou a cooperação interfederativa como estratégia de gestão do desenvolvimento urbano relatando a experiência do Consórcio Intermunicipal da Grande ABC. A Região do ABC possui cerca de 2,7 milhões de habitantes e sete municípios, representa o 4º PIB "local", 5º maior mercado consumidor do Brasil. Cinquenta por cento de seu território é composto por mananciais e o restante das áreas sofrem grande pressão do mercado imobiliário. O arranjo de Consórcio Público já possui 6 anos (fundado em 1990 e com o Estatuto de Consórcio Público desde 2010). Foi feita a apresentação do modelo de Governança e Desenvolvimento adotado pelo Consórcio e a apresentação do Plano Plurianual do Grande ABC que compreende os anos de 2014-2017. Recorda-se que a entidade metropolitana não é obrigada a realizar PPA, tendo em vista que os consórcios públicos não possuem essa obrigação legal. O PPA foi construído de forma participativa contando com 7 audiências. Os desafios apontados foram: a definição de infraestrutura regional; desenvolvimento urbano, de gestão ambiental e econômico regional, inclusão social e direitos humanos. Prioridades: mobilidade, drenagem, gestão ambiental, redução de riscos, economia, saúde e segurança. No âmbito deste PPA apresentado estão previstas 63 ações prioritárias em 11 programas. Destaque para a elaboração do Plano Regional de Mobilidade Urbana Regional que possui a pretensão de se trabalhar a integração dos modais com ações prioritárias de inserção metropolitana e prevalência do transporte público, convergindo investimentos de todos os municípios. Desenvolvimento urbano, gestão ambiental e proteção de riscos ambientais e urbanos foram estratégias adotadas no PPA. No âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional os desafios são: a diversificação da economia regional e competitividade territorial, como responder à pressão do mercado imobiliário e atender o déficit habitacional, a proteção de mananciais e a regulação do uso do solo. Como se dá a interlocução entre o Plano Diretor Regional, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Região do ABC e da região metropolitana de São Paulo. Governança e transparência com a sociedade civil no Conselho Metropolitano.

Paula Ravanelli comentou que a nova agenda urbana com municípios pequenos passa pela associação, e o Consórcio do ABC é um exemplo de sucesso a ser seguido.

#### Organização:

ConCidades  
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de  
Habitação

Ministério das  
Cidades

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

#### Apoio:

Cities Alliance  
Cities Without Slums

PREFEITURA DE  
SÃO PAULO

Habitat  
para a Humanidade

CBIC

cooperação  
alemã

giz

## Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

### Mesa 05: Cidades, Sustentabilidade e Participação: Desafios do governo local e a Nova Agenda

Eduardo Tadeu da ABM (Associação Brasileira de Municípios) tratou em sua exposição dos desafios para a municipalização. A ABM é uma entidade de 70 anos de história que representa pequenos e médios municípios e fortalece o debate acerca da gestão. Como desafios, citou a interação dos ODS e do Habitat III, e o governo federal chamado para debater as posições brasileiras. O mundo deve rever seus conceitos e pensar para quem e para que estamos governando, assim a participação social é uma importante ferramenta de gestão (avaliação e controle) e escola de cidadania. O empoderamento da sociedade civil organizada acaba trazendo a capacitação sobre cidadania, rompendo um ciclo observado nas últimas décadas de uma cultura política que ensinou o povo a não participar. Temos de nos apropriar mais da política e para isso conselhos e conferências são exemplos de formas de participação.

Pequenos e médios municípios são os que mais sofrem com esta crise, pois a busca dos serviços públicos tem aumentado e os investimentos têm diminuído. Também citou o problema da judicialização da gestão e ingerência do judiciário na questão, como quando o Ministério Público e o judiciário decidem sobre questões a cargo do executivo (como o caso das ciclovias em São Paulo). A falta de engenheiros e arquitetos nas cidades pequenas e a vulnerabilidade da falta de projetos e mão de obra capacitada exige a instalação de um sistema público de assistência aos municípios, partindo das possibilidades de associação previstas em nossos arranjos federativos como alternativas para o desenvolvimento territorial sustentável.

Nestor Vega da CGLU, entidade que representa e defende os interesses dos governos locais na conjuntura mundial, independente do tamanho da comunidade, palestrou sobre formas de aumentar a influência de governos e representações locais na governança global e realizou a palestra acerca dos desafios dos governos locais na nova agenda urbana. Em 1913, houve um seminário internacional que culminou na criação da primeira associação internacional de municípios. Hoje são mais de 150 países associados, mas de 100 mil membros diretos sendo um dos principais objetivos defender a democracia e autonomia local. Representa os governos locais frente à comunidade internacional e propõe o fortalecimento da rede de movimento associativo. Pontos de orientação política para o Habitat III: Recuperar o espírito do Habitat II, assegurar o cumprimento das agendas e incluir a visão dos governos locais em uma nova agenda urbana. Intentam ter na ONU uma mesa de negociação dos governos locais. Entende-se que há necessidade de se ter sistemas de participação institucionalizados, como forma de expressão da sociedade civil.

Pontos-chave para uma nova agenda urbana: Governos locais terem oportunidade de expressar os seus pontos de vista sobre os documentos de orientação política e apoiar visões locais na nova agenda urbana; criação de quadros nacionais de gestão urbana, alocação adequada intergovernamental de recursos financeiros e à capacitação dos cidadãos; criação de mecanismos de compensação para reduzir as desigualdades entre as regiões, áreas metropolitanas e cidades intermediárias; fomento à cooperação intermunicipal, incluindo entre os municípios urbanos e rurais a qual deve ser facilitada através de incentivos adequados para criar economias de escala e integração. Nestor fala da solidariedade entre cidades em contraponto ao modelo capitalista de competição.

Abrindo para plateia, Ubirajara da Bahia, concorda com a fala de Tadeu acerca da judicialização excessiva de assuntos a cargo do executivo e do déficit de profissionais, como o fato de que das 440 cidades do estado da Bahia só 40 possuem engenheiros, propondo o estabelecimento de consórcios de profissionais à disposição de associações de municípios.

#### Organização:

ConCidades  
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de  
Habitação

Ministério das  
Cidades

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

#### Apoio:

Cities Alliance  
Cities Without Slums

PREFEITURA DE  
SÃO PAULO

Habitat  
para a Humanidade

CBIC

cooperação  
alemã

giz

## Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

### Mesa 05: Cidades, Sustentabilidade e Participação: Desafios do governo local e a Nova Agenda

Nelson Saule do Instituto Polis afirma a necessidade de integração da agenda urbana e ODS, pois com relação ao objetivo 11, o governo brasileiro deve trabalhar nestas agendas de forma mais coordenada (Habitat III e ODS).

Eduardo Tadeu retorna à questão da excessiva judicialização, a sociedade deve discutir por que judicializamos tudo, o quanto custa isso e quanto é realmente benéfico. Necessidade de diferenciar erro formal de má fé e corrupção.

Bresciani comenta o problema do transporte de cargas e o impacto direto na região do ABC, o Estatuto da Metrópole e os consórcios como protagonistas deste debate onde o domínio absoluto era dos governos estaduais. Especialmente acerca da questão dos grandes empreendimentos passarem pela associação metropolitana.

Wolf expõe a necessidade de integrar agendas ODS e Habitat III, e que a agenda urbana é essencialmente local. Reconhece a importância de experiências brasileiras, como o orçamento participativo que foi copiado pela própria Alemanha, fortalece a opinião que se deve capacitar governos locais por sistema de assistência técnica.

### 3. PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- Estabelecimento de redes e associações para viabilizar a governança local de pequenos municípios;
- Cidades sustentáveis e governança local pensadas de forma participativa com a sociedade civil e os entes governamentais;
- Planejamento e gestão urbana integrada com base na boa governança;
- Solução de financiamento das cidades passando pela colaboração e solidariedade entre cidades;
- Descentralização de recursos para entes locais executarem programas de políticas públicas definidos no âmbito da nação;
- Construção de parcerias para as atividades relativas às alterações climáticas e aumentar a resiliência contra desastres naturais.

### 4. PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS AO TEMA

- A diversificação da economia regional – logística: polos tecnológicos e sistemas regionais de inovação e a competitividade;
- Projetos de desenvolvimento reconhecendo as diversidades territoriais;
- Enfrentar disparidades inter-regionais e novas centralidades;
- Debate regional dos parâmetros urbanísticos e da regulação do uso do solo;
- Governança compartilhada (municípios e consórcios, e para além das regiões metropolitanas);
- Fortalecer o governo local e tornar-se mais socialmente responsável;
- Promoção da Nova Agenda urbana é uma resposta para o Direito à Cidade;
- Promoção do desenvolvimento sustentável com uma visão territorial de integração de políticas;

#### Organização:

ConCidades  
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de  
Habitação

Ministério das  
Cidades

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

#### Apoio:

Cities Alliance  
Cities Without Slums

PREFEITURA DE  
SÃO PAULO

Habitat  
para a Humanidade

CBIC

cooperação  
alemã

giz

**Encontro Rumo à Conferência Habitat III**  
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016  
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

**Mesa 05: Cidades, Sustentabilidade e Participação: Desafios do governo local e a Nova Agenda**

- Promover o desenvolvimento nacional a partir do local;
- Fortalecer o espírito de solidariedade.

**5. CONCLUSÕES**

- Aumento da capacidade institucional das cidades para a gestão territorial;
- Fomento à solidariedade em contraponto à competição entre as cidades;
- Fortalecer poderes e atores locais e capacitar a população sobre cidadania e prevalência de interesses coletivos sobre os individuais;
- Fomento à Associação entre pequenos municípios e estabelecimento de redes.

**Organização:**

**ConCidades**  
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de  
**Habitação**

Ministério das  
**Cidades**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

**Apoio:**

**Cities Alliance**  
Cities Without Slums

PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**

**Habitat**  
para a Humanidade

**CBIC**

cooperação  
alemã

**giz**